



Anais do Encontro Anual  
da Rede de Pesquisa em  
Governança da Internet  
Maio de 2023

## VI ENCONTRO DA REDE DE PESQUISA EM GOVERNANÇA DA INTERNET - REDE 2023

---

### FICHA TÉCNICA

#### **ANAIS DA REDE DE PESQUISA EM GOVERNANÇA DA INTERNET-VOL. 6, ISSN 2675-1690**

##### **Editores**

Maria Vitoria Pereira de Jesus  
Rodolfo Avelino

##### **Autores**

Christiana Soares de Freitas  
Isabelle Brito Bezerra Mendes  
Jaqueline Trevisan Pigatto  
João Araújo Monteiro Neto  
Luis Henrique de Mendes Acioly  
Luize Pereira Ribeiro  
Maria Fernanda Amorim Fossaluza  
Matheus Fernandes da Silva  
Renata de Oliveira Miranda Gomes  
Rhaiana Caminha Valois

### COMITÊ ORGANIZADOR

#### **Núcleo de Coordenação da Rede de Pesquisa em Governança da Internet**

Alexandre Arns Gonzales  
Carolina Batista Israel  
Diego Vicentin  
Fernanda R. Rosa  
Gustavo Ramos Rodrigues  
Hemanuel Jhosé Alves Veras  
Kimberly de Aguiar Anastácio  
Maria Vitoria Pereira de Jesus  
Nathan Paschoalini Ribeiro Batista  
Rodolfo Avelino

#### **Comitê Científico**

Alexandre Arns Gonzales  
Carolina Batista Israel  
Diego Vicentin  
Edison Spina  
Fernanda R. Rosa  
Flávio Rech Wagner

Jean Santos  
Leonardo Ribeiro da Cruz  
Maria Mônica Arroyo  
Rafael Evangelista  
Raquel Gatto  
Rodolfo Avelino  
Sergio Negri

#### **Moderadores**

Carolina Batista Israel  
Flávio Rech Wagner  
Gustavo Ramos Rodrigues

#### **Debatedores**

Jaqueline Trevisan Pigatto  
Luis Henrique de Mendes Acioly  
Luize Pereira Ribeiro  
Maria Fernanda Amorim Fossaluza  
Renata de Oliveira Miranda Gomes  
Rhaiana Caminha Valois

---

O VI Encontro da Rede de Pesquisa em Governança da Internet e a publicação dos Anais resultantes deste encontro receberam apoio de: Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, Internet Society - Capítulo Brasil e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), através de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)





## **O SISTEMA ONU NA GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET**

JAQUELINE TREVISAN PIGATTO

### **SUMÁRIO**

|                      |    |
|----------------------|----|
| INTRODUÇÃO.....      | 5  |
| MÉTODOS .....        | 7  |
| BASES TEÓRICAS ..... | 11 |
| O SISTEMA ONU.....   | 16 |
| CONCLUSÕES .....     | 23 |
| REFERÊNCIAS .....    | 24 |



## **O SISTEMA ONU NA GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET**

Jaqueline Trevisan Pigatto<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A camada socioeconômica da Internet (ou camada de aplicações), é onde as divergências culturais e políticas mais se expressam nessa governança. O consenso técnico das outras camadas possibilitam uma convergência maior e sistemas foram criados para lidarem no dia a dia com os conflitos, como a ICANN. Porém, falta um espaço para esse “sistema” da camada de conteúdo. O fenômeno do forum shifting demonstra que os temas da camada de conteúdo estão transbordando para outros espaços mais específicos, de trocas comerciais, economia, entre outros aspectos da política mais tradicional. Este trabalho - parte de uma tese de doutorado em andamento - olha para a governança da Internet em fóruns mais tradicionais da política internacional, sintetizados pelo sistema ONU. Busca-se fazer uma breve retomada histórica do papel de agências da ONU na governança global da Internet, e a intensificação do multilateralismo a partir da conjuntura crítica do caso Snowden, vista pela ótica do Institucionalismo Histórico. Sob a ótica dos arranjos institucionais internacionais como agentes promotores de socialização, este trabalho analisa a governança global da Internet no Fórum de Governança da Internet (IGF), na UNESCO e em outras iniciativas pontuais da ONU. Os resultados evidenciam uma mudança do caráter multissetorial, porém, sem ser um multilateralismo absoluto, já que espaços de discussão multissetoriais ainda são mantidos pela ONU - além de arranjos de correção em países democráticos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Governança; Institucionalismo; Organizações Internacionais

### **ABSTRACT**

The socioeconomic layer of the Internet (or application layer) is where cultural and political divergences are most expressed in this governance. The technical consensus of the other layers enables greater convergence and systems have been created to deal with conflicts on a day-to-day basis, such as ICANN. However, there is a lack of space for this “system” in the content layer. The forum shifting phenomenon demonstrates that

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Araraquara).

content layer issues are spilling over into other more specific spaces, such as commercial exchanges, economics, and other aspects of more traditional politics. This paper, part of an ongoing doctoral thesis, examines Internet governance in more traditional forums of international politics, synthesized by the UN system. It seeks to provide a brief historical overview of the role of UN agencies in global Internet governance, and the intensification of multilateralism in light of the critical context of the Snowden case, viewed through the lens of Historical Institutionalism. From the perspective of international institutional arrangements as agents of socialization, this work analyzes global Internet governance in the Internet Governance Forum (IGF), UNESCO, and other UN initiatives. The results demonstrate a shift in the multistakeholderism, but without being absolute multilateralism, as multistakeholder discussion spaces are still maintained by the UN - as well as co-regulation arrangements in democratic countries.

## KEY WORDS

Governance; Institutionalism; International Organizations

## INTRODUÇÃO

A governança global da Internet é um tema crescente e relativamente novo nos campos de Ciências Sociais, Relações Internacionais e disciplinas afins. Embora uma extensa bibliografia já tenha discutido processos como o desenvolvimento da Internet pelos Estados Unidos, instituições como a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN, no acrônimo em inglês), e o envolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em processos como o Fórum de Governança da Internet (IGF, no acrônimo em inglês), há também uma falta de consenso sobre a configuração dessa governança, ou de como classificá-la (DENARDIS, 2020; KLEINWACHTER, 2021).

Compreender a Governança da Internet é compreender a Internet em si, seu funcionamento e o determinismo de sua construção que levou à criação e manutenção de certas instituições internacionais. Assim, de acordo com Epstein *et. al.* (2016), a trajetória da Governança da Internet é, em si, uma trajetória de *path dependencies* – conceito explorado a seguir, mas que, basicamente, demonstra continuidade na governança. As características centrais da Internet que a acompanham desde sua criação, na década de 1970, até sua definitiva abertura para qualquer usuário na década de 1990, como descentralização e composição multissetorial (ou *multistakeholder*), são categorias também aplicáveis a sua governança: uma pluralidade de atores (governos, setor privado, acadêmicos e sociedade civil) descentralizados que compõem diversos arranjos, regimes e práticas transnacionais.

O conceito do multissetorialismo (ou caráter *multistakeholder*) é central nesse estudo, já que considera a importância e contribuição de todos os setores envolvidos na construção e manutenção da Internet. Como alguns trabalhos já mostraram (HOFMANN, 2016; PIGATTO, 2020), não há igualdade entre esses atores e as dinâmicas de poder variam, geralmente, com a preponderância de origem ora estatal, ora privada. Essa preponderância depende de uma série de fatores como recursos de poder, local de atuação e até mesmo o tema em questão, afinal, a governança da Internet abrange uma série de temáticas, problemas e contextos diferentes.

Este trabalho é parte de uma tese de doutorado em andamento, que busca responder se é possível compatibilizar uma Internet universal com os Estados nacionais, olhando principalmente para a camada de aplicações da Internet (ou camada socioeconômica). Com foco nas instituições internacionais como espaços de interação e socialização, faz-se um recorte a partir do sistema ONU e considera-se o fenômeno do *forum shifting*<sup>2</sup>, ou seja, quando os temas relativos à Internet acabam extrapolando os fóruns especializados e passam a fazer parte da agenda de outras instituições mais tradicionais da política internacional. Como posto por Santaniello (2021, p. 23, tradução nossa): “uma compreensão das preferências sobre a representação de interesses em arenas antigas e novas é essencial para obter uma imagem clara de toda a extensão de visões políticas no campo da governança da Internet.”

Outro ponto fundamental é conhecer o funcionamento da Internet em si. Parte-se do entendimento da Internet em três camadas<sup>3</sup>: a camada mais próxima do usuário é a camada socioeconômica ou camada de aplicações, onde há serviços como plataformas de redes sociais, motores de busca e serviços de *streaming*, que é o foco desta pesquisa. Em seguida, há a camada lógica, onde os protocolos de funcionamento permitem, por exemplo, o acesso aos websites da rede mundial de computadores. E, por fim, há a camada de infraestrutura, composta por cabos, satélites e sistemas *wireless*. Entende-se que as camadas lógica e de infraestrutura não deixam de ter componentes

---

<sup>2</sup> O termo *forum shifting* foi utilizado por Marília Maciel (DiploFoundation) para se referir aos temas que “vazam” para outros espaços não focados exclusivamente em governança da Internet. Ver: [Sem. Internacional] Os desafios da governança global da Internet (Áudio em Português). 30 mar. 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=x-3sERWir\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=x-3sERWir_o)>. Acesso em: 7 abr. 2021.

<sup>3</sup> Para maiores informações, ver as três camadas da governança digital de acordo com a ICANN: <https://www.icann.org/news/multimedia/1563>.

socioeconômicos, com implicações políticas relevantes, mas manteremos a nomenclatura utilizada pela ICANN para fins de simplificação do trabalho.

O conhecimento dessas camadas é essencial para compreender a geopolítica da Internet. A camada lógica foi criada e monopolizada até um certo ponto pelos Estados Unidos, que também investiu e permitiu uma hegemonia na produção de *softwares*, ou seja, na camada de aplicações. Enquanto isso, a China investiu mais em aspectos de *hardware*, embora a década de 2010 mostre que os serviços chineses também cresceram consideravelmente. Somam-se a isso normas como a Seção 230, uma legislação estadunidense que permite que as plataformas não sejam responsabilizadas por conteúdos postados por terceiros; as parcerias público-privadas que constroem a camada de infraestrutura; e o crescimento de tendências nacionalistas durante a década de 2010. As políticas e ações dos atores atingem as três camadas no sentido de que quanto mais pessoas e sociedades estiverem conectadas, mais dados são gerados e maior fomento às economias é possível, desde que compartilhando uma única Internet, o que corresponde aos protocolos da camada intermediária/lógica.

A ideia de uma possível fragmentação da Internet é recorrente neste campo de estudo. Para Kleinwächter (2019), os governos enxergam as políticas relacionadas à Internet cada vez mais com lentes nacionais, buscando controle sobre o fluxo de dados entre fronteiras e com receios acerca de segurança nacional, economia digital ou ainda culturas locais. Cerca de vinte anos atrás, esperava-se uma harmonização crescente de práticas e regulações devido ao caráter global da Internet, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação (WSIS, no acrônimo em inglês), à época, o único mecanismo intergovernamental que lidava com temas relacionados à Internet. Hoje há uma pluralidade de fóruns, instituições e pautas, que não se restringem apenas aos espaços especializados em Internet e comunicações, dentro e fora da ONU.

## MÉTODOS

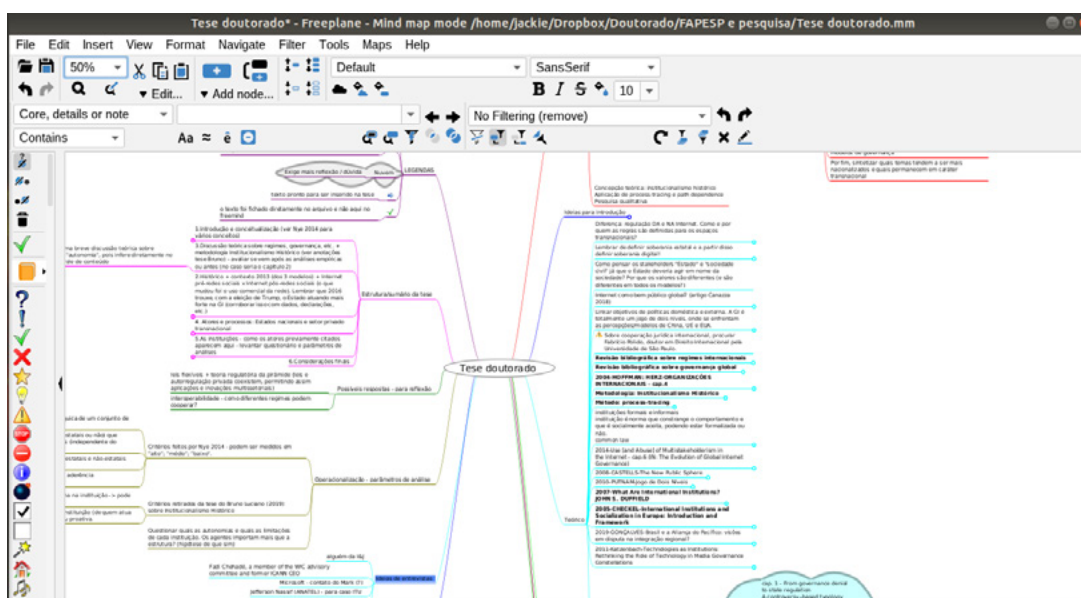
Os métodos de pesquisa estão organizados da seguinte maneira: partindo da coleta de dados primários, como os relatórios e notícias relativos às ações da ONU, e as transcrições e relação de atores participantes do Fórum de Governança da Internet (IGF) a partir do próprio site do evento, chegando nas análises de documentos emitidos pelas instituições e pelos atores, que ampliam os achados da pesquisa. Há limitações na coleta

de dados das instituições internacionais por se tratar de iniciativas e documentos não padronizados, ou muito inseridos em complexos sistemas de grupos e subgrupos. Uma base para sanar parte dessa limitação foram os Fóruns Abertos do IGF, onde as próprias organizações destacam parte do trabalho realizado. A pesquisa se vale também de entrevistas com atores que compõem ou já fizeram parte de alguns dos espaços institucionais aqui analisados, como o IGF e a União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Assim, como parte dos métodos organizacionais da pesquisa, amparadas pela metodologia do Institucionalismo Histórico exposta na próxima seção, algumas ferramentas de softwares são essenciais para a condução da pesquisa. A fim de que os resultados sejam organizados e facilmente localizados, tendo em vista a grande quantidade de documentos e informações disponíveis, quatro ferramentas se mostram indispensáveis para tais feitos.

Primeiramente, toda a pesquisa é organizada e frequentemente atualizada em um mapa mental (de software livre), que abrange toda a extensão da tese de doutorado. A formatação do mapa mental permite uma fácil visualização dos elementos da pesquisa, especialmente, em se tratando de objetos de pesquisa, ideias e conceitos. Há também a facilidade de reorganização dos tópicos, acompanhando a dinamicidade da pesquisa em andamento. Os elementos visuais como formatação de cores e ocupação do espaço também permitem uma melhor memorização da pesquisa como um todo, como visto na imagem exemplificativa a seguir.

**Figura 1: Exemplo de uso de mapa mental na organização da pesquisa**

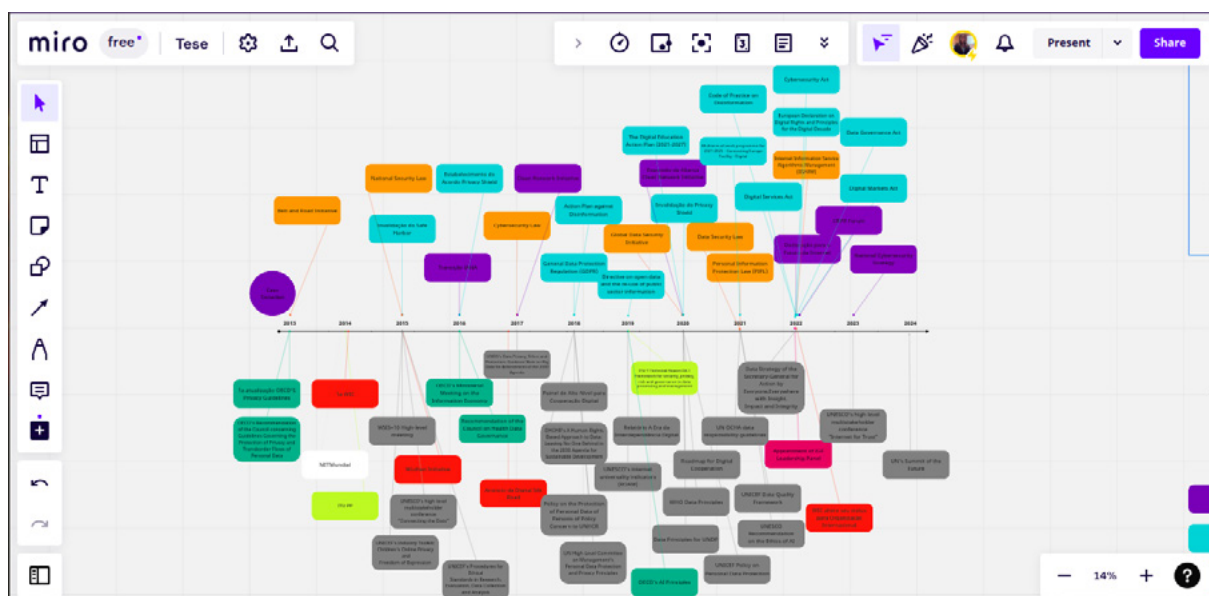


Fonte: elaboração própria

Uma vez que diversas iniciativas regulatórias foram mapeadas, dentro do recorte temporal da pesquisa, buscou-se uma visualização gráfica destas como em uma linha do tempo, identificando os atores responsáveis. Seguindo a lógica da pesquisa, separou-se desde 2013 as iniciativas colocadas pelos modelos de governança analisados, quais sejam Estados Unidos, União Europeia e China (parte de cima da linha do tempo na figura 2), além de espaços institucionais internacionais como o Sistema ONU, a World Internet Conference chinesa e a OCDE (parte de baixo da linha do tempo na figura 2).

Os critérios usados no levantamento são: i) temas relacionados a governança de dados e de conteúdo (plataformas), e relativos à soberania digital e/ou fragmentação/manutenção da Internet; ii) documentos como leis, estratégias estatais; códigos de boas condutas; e declarações assinadas por Estados; iii) iniciativas como fóruns e documentos emitidos pelos espaços institucionais objetos da pesquisa; e iv) edições de fóruns institucionais que foram significativas para o sistema global de governança da Internet. Além de fontes primárias, o recente trabalho de Marcucci *et. al.* (2023) auxiliou no mapeamento. A figura 2 retrata essa construção em andamento, realizada através do serviço Miro, disponibilizado gratuitamente mediante uma conta Google institucional da Universidade.

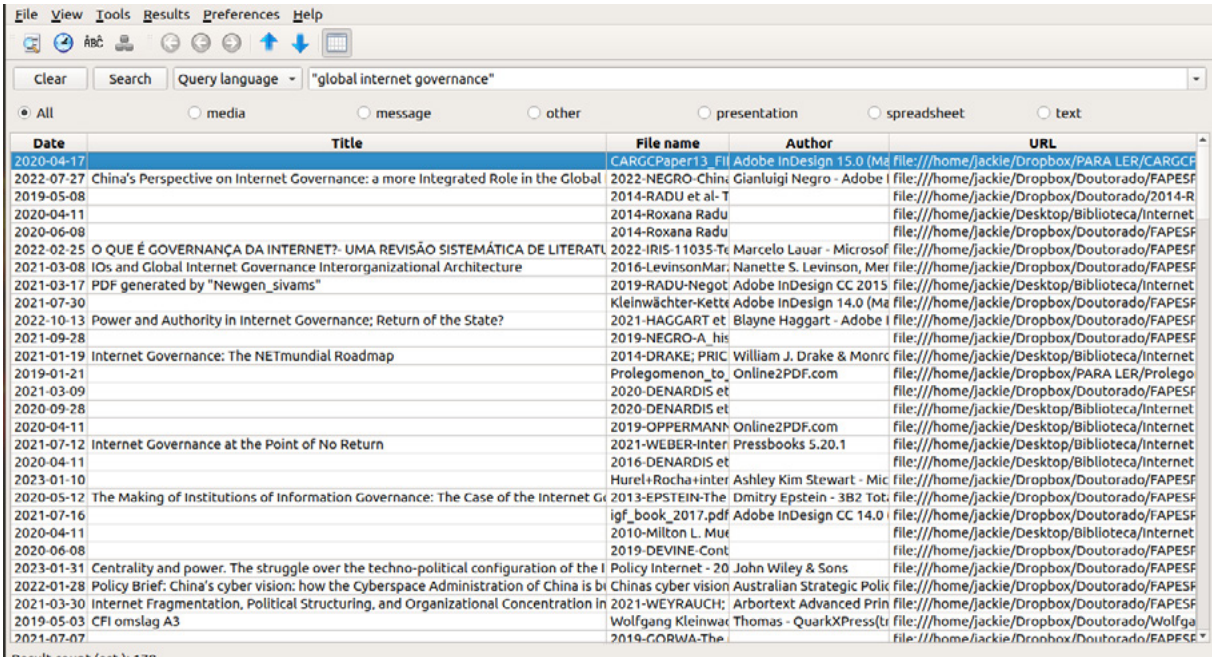
**Figura 2: Uso da ferramenta Miro para criação de linha do tempo**



Fonte: elaboração própria

Outra ferramenta utilizada foi o software Recoll, que permite a pesquisa de texto completo (full-text), desenvolvido gratuitamente para a plataforma Linux. Ele permite uma pesquisa e localização rápida e fácil de documentos, arquivos e outros tipos de conteúdo em seus sistemas. Assim, a partir da formação de uma biblioteca de pesquisa digital, o Recoll examina todos os documentos, arquivos de texto e metadados relevantes, criando um índice que permite pesquisas rápidas e eficientes. Cada resultado é exibido com informações relevantes, como nome do arquivo, localização, data de modificação e trechos do texto que correspondem à pesquisa, o que ajuda a identificar rapidamente os documentos relevantes. O Recoll também oferece recursos avançados, como a capacidade de criar consultas complexas usando operadores booleanos, pesquisa por expressões regulares, e também pesquisa em idiomas específicos (no caso desta pesquisa, português e inglês). A figura 3 mostra a interface do software.

**Figura 3: Uso da ferramenta Recoll para localização de arquivos**



The screenshot shows the Recoll application window with a search query of "global internet governance". The results are displayed in a table with columns: Date, Title, File name, Author, and URL. The results list various documents related to internet governance, including reports from the Center for Global Cyber Security, the International Telecommunication Union, and the United Nations. The interface also includes a search bar, a query language dropdown, and radio buttons for filtering results by type (All, media, message, other, presentation, spreadsheet, text).

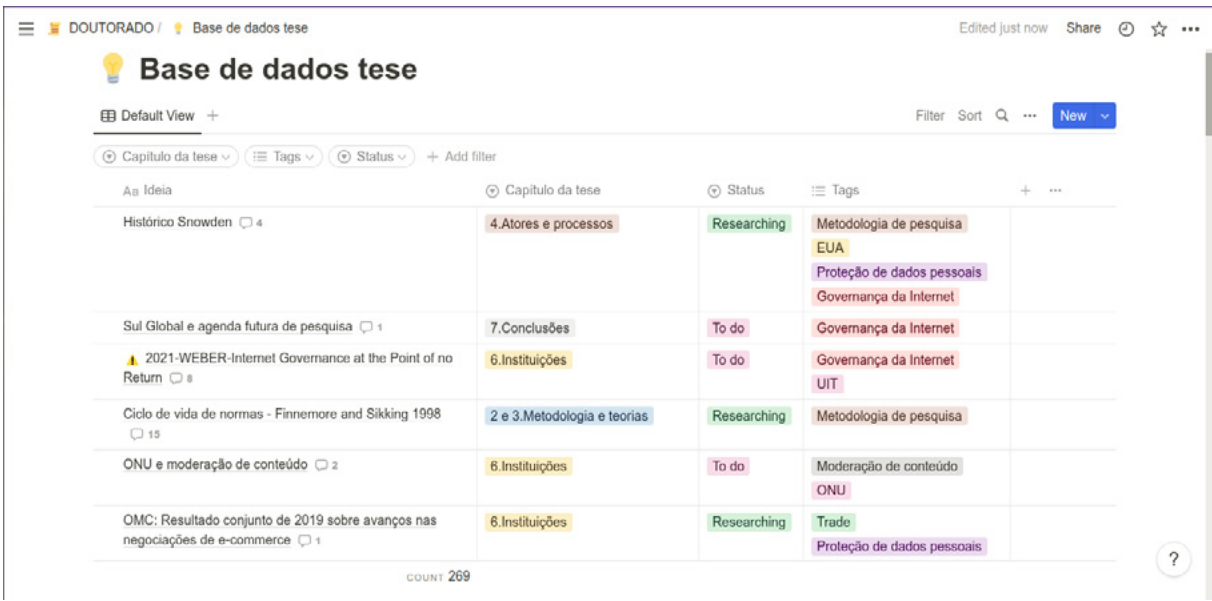
| Date       | Title                                                                               | File name                                      | Author | URL                                             |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------|-------------------------------------------------|
| 2020-04-17 |                                                                                     | CARGCPaper13_Fil Adobe InDesign 15.0 (Ma       |        | file:///home/jackie/Dropbox/PARA LER/CARGCF     |
| 2022-07-27 | China's Perspective on Internet Governance: a more Integrated Role in the Global    | 2022-NEGRO-Chin: Gianluigi Negro - Adobe I     |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2019-05-08 |                                                                                     | 2014-RADU et al- T                             |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/2014-R    |
| 2020-04-11 |                                                                                     | 2014-Roxana Radu                               |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2020-06-08 |                                                                                     | 2014-Roxana Radu                               |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2022-02-25 | O QUE É GOVERNANÇA DA INTERNET? UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATU                 | 2022-IRIS-11035-Ts Marcelo Lauar - Microsof    |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2021-03-08 | IOs and Global Internet Governance Interorganizational Architecture                 | 2016-LevinsonMar: Nanette S. Levinson, Mei     |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2021-03-17 | PDF generated by "Newgen_sivams"                                                    | 2019-RADU-Negot: Adobe InDesign CC 2015        |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2021-07-30 |                                                                                     | Kleinwächter-Kett: Adobe InDesign 14.0 (Ma     |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2022-10-13 | Power and Authority in Internet Governance: Return of the State?                    | 2021-HAGGART et Blayne Haggart - Adobe I       |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2021-09-28 |                                                                                     | 2019-NEGRO-A, his                              |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2021-01-19 | Internet Governance: The NETmundial Roadmap                                         | 2014-DRAKE; PRIC William J. Drake & Monrc      |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2019-01-21 |                                                                                     | Prolegomenon_to_ Online2PDF.com                |        | file:///home/jackie/Dropbox/PARA LER/Prolego    |
| 2021-03-09 |                                                                                     | 2020-DENARDIS et                               |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2020-09-28 |                                                                                     | 2020-DENARDIS et                               |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2020-04-11 |                                                                                     | 2019-OPPERMANN Online2PDF.com                  |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2021-07-12 | Internet Governance at the Point of No Return                                       | 2021-WEBER-Inter: Pressbooks 5.20.1            |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2020-04-11 |                                                                                     | 2016-DENARDIS et                               |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2023-01-10 |                                                                                     | Hurel+Rocha+inter Ashley Kim Stewart - Mic     |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2020-05-12 | The Making of Institutions of Information Governance: The Case of the Internet G    | 2013-EPSTEIN-The Dmitry Epstein - 3B2 Tot      |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2021-07-16 |                                                                                     | igf_book_2017.pdf Adobe InDesign CC 14.0       |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2020-04-11 |                                                                                     | 2010-Milton L. Mue                             |        | file:///home/jackie/Desktop/Biblioteca/Internet |
| 2020-06-08 |                                                                                     | 2019-DEVINE-Cont                               |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2023-01-31 | Centrality and power: The struggle over the techno-political configuration of the I | 2019-OPPERMANN Online2PDF.com                  |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2022-01-28 | Policy Brief: China's cyber vision: how the Cyberspace Administration of China is b | Chinas cyber vision Australian Strategic Polic |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2021-03-30 | Internet Fragmentation, Political Structuring, and Organizational Concentration in  | 2021-WEYRAUCH: ArborText Advanced Prin         |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |
| 2019-05-03 | CFI omslag A3                                                                       | Wolfgang Kleinwac Thomas - QuarkXPress(tu      |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/Wolfga    |
| 2021-07-07 |                                                                                     | 2019-CORWA-The                                 |        | file:///home/jackie/Dropbox/Doutorado/FAPESE    |

Fonte: elaboração própria

Por fim, uma vez que os dados foram coletados e analisados, agregou-se os principais resultados tanto no mapa mental como na plataforma Notion, onde foi criada uma base de dados categorizando os resultados por capítulos da tese, o que facilita o processo de escrita. Apenas para fins organizacionais, o Notion permite uma rápida anotação e alteração de itens dispostos em uma base de dados, facilitando o controle

de conteúdos que já foram utilizados na escrita e os que ainda devem ser levados para a redação. A base também permite a catalogação das anotações por tags, o que facilita a filtragem de conteúdos tendo em vista a gama de assuntos e sub-tópicos que surgem durante a pesquisa. A figura 4 ilustra essa ferramenta, também utilizada gratuitamente a partir da conta institucional da Universidade.

**Figura 4: Uso da ferramenta Notion como base de dados da pesquisa**



| Capítulo da tese             | Status      | Tags                                                                             |
|------------------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 4. Atores e processos        | Researching | Metodologia de pesquisa, EUA, Proteção de dados pessoais, Governança da Internet |
| 7. Conclusões                | To do       | Governança da Internet                                                           |
| 6. Instituições              | To do       | Governança da Internet, UIT                                                      |
| 2 e 3. Metodologia e teorias | Researching | Metodologia de pesquisa                                                          |
| 6. Instituições              | To do       | Moderação de conteúdo, ONU                                                       |
| 6. Instituições              | Researching | Trade, Proteção de dados pessoais                                                |

Fonte: elaboração própria

## BASES TEÓRICAS

Retomando a escola Construtivista das Ciências Sociais, aplicada às relações internacionais, parte-se do pressuposto de que processos de aprendizado e de socialização são transformadores, considerando também valores e cultura política - o que nesse caso fica evidente pela abordagem “Ocidente versus Oriente”. Essa perspectiva enfatiza a importância das instituições, já que estas são os próprios espaços de socialização que podem revelar construções sociais consolidadas. Além do Construtivismo, pode-se aproveitar de outra abordagem teórica - a do Neoinstitucionalismo Sociológico, onde o pressuposto é de que na sociedade há processos de conflito, devido aos diferentes valores de grupos e atores. Consequentemente, há uma disputa de espaços institucionais e de poder hegemônico. A partir dessas duas lentes teóricas, é possível pensar quais atores e instituições estão impondo decisões, moldando comportamentos e que consequências isso traz para a governança global.

Isso se soma em um tema onde tanto a Internet é, por sua natureza, sem fronteiras, quanto o próprio termo “governança” se refere a atividades respaldadas por objetivos comuns, que podem derivar de responsabilidades formais ou informais, ou seja, não há obrigatoriedade de cumprimento. A governança acaba por depender de objetivos, valores e normas compartilhadas.

Para Slaughter (2003, p. 83), a “governança global” é a “capacidade coletiva de identificar e resolver problemas em uma escala global”. O conceito mais tradicional de Rosenau (1992) nos explica que governança são atividades respaldadas por objetivos comuns, que podem derivar de responsabilidades formais ou informais, ou seja, não há obrigatoriedade de *compliance*. Dessa maneira, Rosenau (1992) se destaca por conceitualizar a governança como algo para além dos governos, que abrange uma pluralidade de atores como instituições e atores não-estatais.

Assim, as definições de Rosenau e Slaughter se complementam ao pensarmos em governança em rede, onde autoridades nacionais e supranacionais precisam cooperar, coordenar e regular, mas sem poder coercitivo<sup>4</sup>. Podemos compreender também a governança da Internet a partir da categorização feita por Rosenau (2004) como “*mobius-web governance*”, que nada mais é do que uma estrutura que mistura elementos formais e informais, composta por governos, elites, organizações não governamentais, organizações intergovernamentais, corporações transnacionais, e público, em geral.

Por padrão, a governança pode se dar em multiníveis, ou seja, desde o local, passando pelo nacional, regional, até o nível global. Pensando em instituições globais de governança, Buchanan e Keohane (2006) chamam a atenção para o problema da legitimidade. Segundo os autores, não é suficiente que os atores relevantes concordem que alguma instituição global é necessária, eles precisam concordar no sentido de que tal instituição é digna de ser mantida. Nesse sentido, é interessante pensarmos sobre os interesses ou os incentivos de grandes transnacionais de tecnologia como a Google e a Microsoft darem suporte financeiro a instituições como o IGF, mantendo a lógica multissetorial e o status quo.

---

<sup>4</sup> Para Slaughter (2003), há uma relativa tendência de governos nacionais delegarem funções transfronteiriças para uma rede de autoridades nacionais, ao invés de delegar para uma burocracia supranacional. Assim, a União Europeia é pioneira em gerar um modo dos Estados se governarem coletivamente sem ter que abrir mão de suas identidades e soberanias. O desafio é tornar tais redes efetivamente globais.

A origem da Internet nos EUA é determinante na construção e na condução de sua governança global, criando uma governança que foi exportada globalmente. O conceito de *path dependence*, do Institucionalismo Histórico, trata de dinâmicas originais de instituições que tendem a se reproduzir ao longo do tempo, sendo possivelmente alteradas em momentos de conjuntura crítica, como o caso Snowden, em 2013. A conjuntura crítica é um momento de inflexão em determinado processo, quando atores fazem mudanças que geram desdobramentos. O caso Snowden permitiu a outros Estados estarem mais ativos na formação de políticas e modelos regulatórios para a Internet, unindo-a com temas da alta política. Além disso, o período entre 2016 e 2018, que abrange a eleição de Donald Trump nos EUA, a descoberta do caso Cambridge Analytica, e a entrada em vigor da Regulação Geral de Proteção de Dados (GDPR), da União Europeia, é considerado aqui como uma intensificação desse momento de conjuntura crítica.

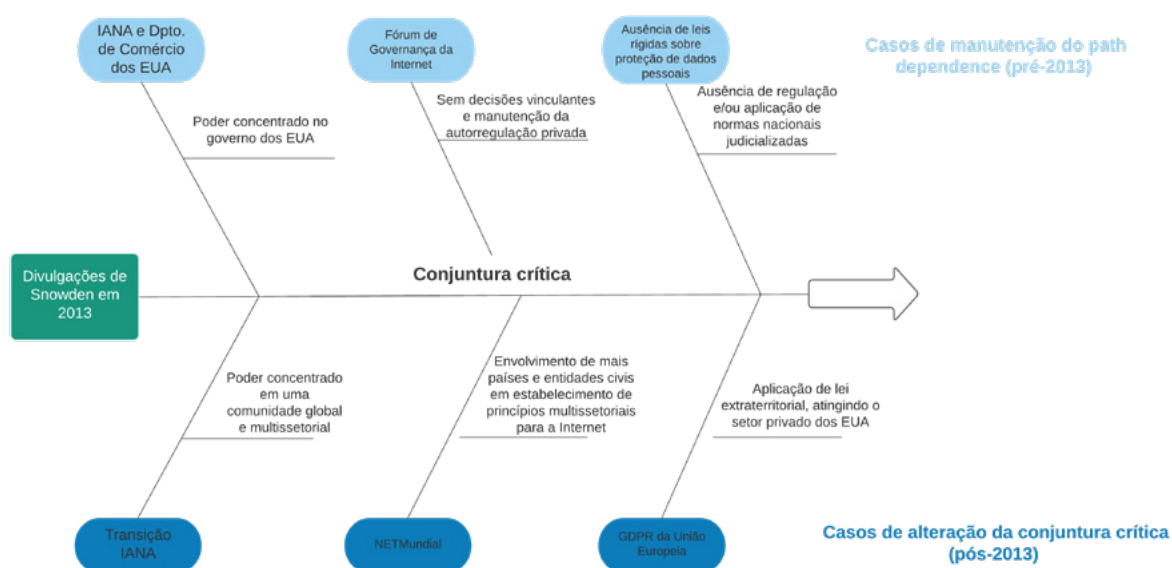
Para esta análise de *path dependence*, destaca-se o governo Clinton durante a década de 1990, que apostou no setor privado como líder dessa revolução tecnológica, possibilitando também a criação da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), que logo estabeleceu o modelo multissetorial para representação e tomada de decisões no mercado de nomes de domínio. Esta instituição de caráter global gerencia os protocolos que possibilitam aos websites serem acessados a partir de qualquer país, demandando portanto, um alto nível de cooperação técnica entre as regiões do globo. O ator estatal demorou a adentrar essa arena, algo que só começou a ser respondido a partir de 2006, com a realização do primeiro IGF, diferente da ICANN, voltado para políticas públicas e vinculado à ONU. Ainda assim, o IGF não toma decisões vinculantes, sendo um espaço de interação para troca de informações e conhecimento entre os atores interessados, ou seja, a instituição traz uma perpetuação do quadro existente.

O contexto é um elemento crucial para o Institucionalismo Histórico, tanto para o surgimento das próprias instituições, como para as ações tomadas pelos atores, que podem se refletir ou não nas instituições. Um exemplo pode ser o IGF: criado pelos Estados no âmbito da ONU, acabou por muito tempo consolidando a autorregulação privada, desde a ascensão das grandes empresas até 2018, quando ocorre o caso Cambridge Analytica, e a União Europeia passa a implementar leis mais rígidas de caráter extraterritorial sobre empresas atuantes no bloco. Ainda que o Estado não tenha tirado

muito do poder privado, buscou “dividir” a regulamentação e responsabilidades em uma abordagem de regulação responsiva (GOETTENAUER, 2019; PIGATTO, 2020).

A cultura libertária de não intervenção estatal, de uma rede transnacional, que independe de fronteiras nacionais (BARLOW, 1996; DREZNER, 2004), somada à configuração de favorecimento do setor privado comercial nos EUA, criaram um padrão que foi exportado ao resto do mundo, com a expansão de empresas e serviços digitais. Resume-se o *path dependence* com três fatores: os ideais ciberlibertários; a seção 230 do Ato de Decência das Comunicações (CONGRESS, 1996), e; a neutralidade da rede, que permite inovação a partir da arquitetura aberta da rede (PIGATTO, 2020). A figura a seguir resume a proposta metodológica do *path dependence* da governança da Internet e sua “quebra” pela conjuntura crítica do caso Snowden.

**Figura 5: Quadro de path dependence e conjuntura crítica na Governança da Internet**



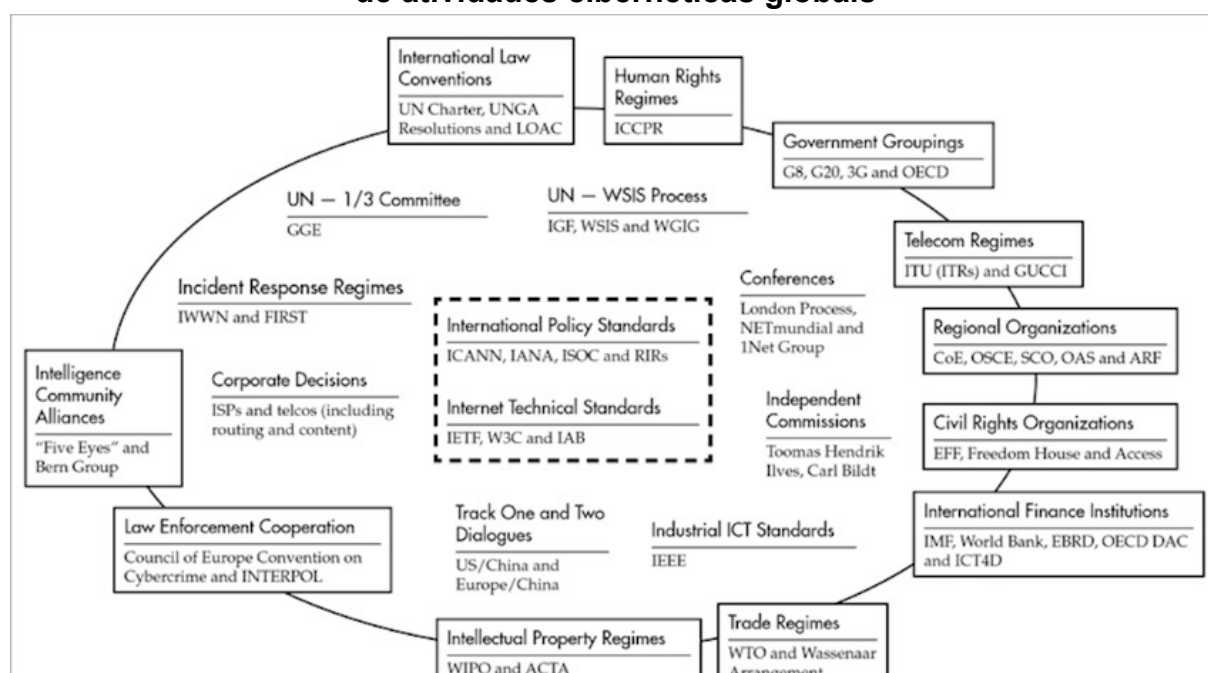
Fonte: elaboração própria.

É interessante pensar no papel do IGF frente aos casos de conjuntura e seu fortalecimento, que, timidamente, se inicia por volta de 2018, já que até então há uma manutenção do status quo (autorregulação privada) sem decisões vinculantes. Ainda que até a data desta redação, a questão de tomada de decisões não tenha se alterado no Fórum, seu escopo vem sendo questionado, a fim de obter resultados mais concretos para as discussões multissetoriais que se dão ali anualmente.

De acordo com a Agenda de Túnis, o escopo do IGF trata de discutir questões de políticas públicas relacionadas aos elementos-chave da governança da Internet. Além disso, cabe ao Fórum, facilitar o diálogo entre os órgãos que lidam com diversas políticas públicas internacionais transversais e relacionadas à Internet, bem como discutir questões que não se inserem no escopo de nenhum órgão já existente. Ou seja, teoricamente, o IGF deveria ser um espaço constantemente renovado para temas emergentes e específicos, que fogem da alçada de outras instituições e isso, de fato, é cumprido. Porém, a falta de tomada de decisões acaba não trazendo resultados concretos e pouca participação estatal de alto nível, ainda que a própria Agenda de Túnis reconheça o papel soberano dos Estados no meio multissetorial.

Enquanto que a ontologia central das Relações Internacionais tem sido o Estado, para a governança da Internet existe uma pluralidade de atores que determinam um caráter transnacional. Nye (2011) reconhece um processo de difusão do poder quando falamos em tecnologias de informação e comunicação (TICs) - o poder, assim, não está mais concentrado no ator estatal, tendo esse que enfrentar uma arena com novos atores, como o setor privado e a sociedade civil. Nye (2014) também entende o ecossistema da governança da Internet como um complexo de regimes, que envolve diferentes atores e instituições de formas distintas, exposto na figura a seguir.

**Figura 6: O complexo de regimes para o gerenciamento de atividades cibernéticas globais**



Fonte: NYE, 2014.

Segundo Nye (2014), os atores que se encontram na borda do círculo tem estruturas de poder independentes e que tratam de temas além dos “cibernéticos”, mas que ainda desempenham papéis importantes em temas de governança - casos da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Há nessas instituições disputas de atores estatais e não-estatais que buscam moldar as atividades listadas dentro do círculo. As entidades dentro do contorno pontilhado são atores que se sofrerem interferência, podem causar uma fragmentação da Internet<sup>5</sup>. Assim, questiona-se o papel da ONU como instituição internacional catalisadora de diferentes processos relativos à governança da Internet.

## O SISTEMA ONU

Como conta Canabarro (2019), ao final da década de 1990, a UIT lançou um processo que criou a WSIS e, subsequentemente, o IGF. As ideias iniciais tratavam das Metas do Milênio da ONU, que destacavam a governança da Internet - o que, de certo modo, se repete no recente processo do Pacto Global Digital (GDC, no acrônimo em inglês) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030. A WSIS estabeleceu a UIT como entidade facilitadora das linhas de ação estabelecidas, colocando então um delicado jogo sobre escopo dessa instituição. Ainda que o IGF e outros processos da governança da Internet fossem majoritariamente multissetoriais, uma organização multilateral como a UIT ficou encarregada de acompanhar esses processos, ao mesmo tempo que se mantém como um espaço necessário aos Estados para deliberar decisões de telecomunicações.

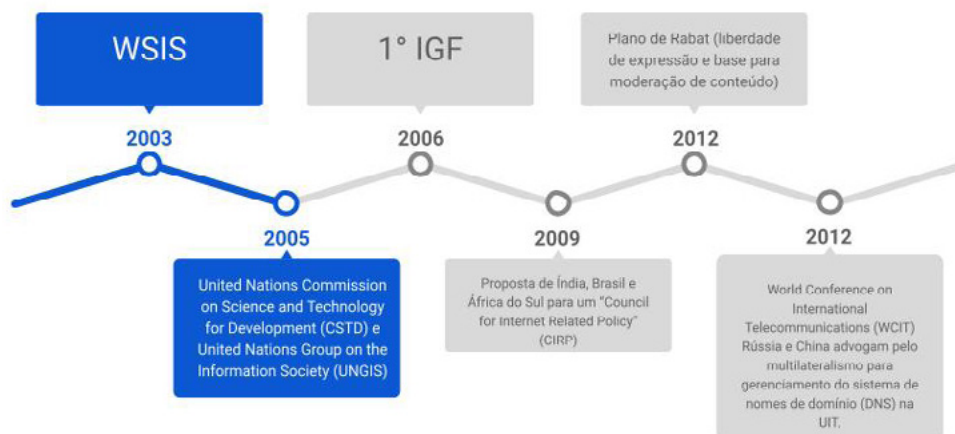
Assim, a linha do tempo da ONU com a governança global da Internet se inicia em 2003, com a WSIS, e passa por grupos como *United Nations Commission on Science and Technology for Development* (CSTD) e *United Nations Group on the Information Society* (UNGIS), em 2005; o primeiro IGF, em 2006; a proposta de Índia, Brasil e África do Sul para um “*Council for Internet Related Policy*” (CIRP), em 2009; e o “Plano de Rabat”, que estabelece algumas diretrizes para moderar expressão (moderação

---

<sup>5</sup> É interessante pensar hipóteses acerca das consequências de tal fragmentação: maior custo para grandes empresas se adaptarem a diferentes redes; maior facilidade para coibir direitos (governos autoritários sobre sociedade civil); menos fluxos comerciais; maior competição tecnológica (em oposição à mecanismos de cooperação); e maior pluralização de internets “piratas” (como a rede Tor), o que poderia motivar o Estado a manter uma única rede mais regulada.

de conteúdo), em 2012. Ainda em 2012, acontece um marco importante no âmbito da UIT onde, na *World Conference on International Telecommunications (WCIT)*, Rússia e China advogam pelo multilateralismo para gerenciamento do DNS, na UIT. A figura a seguir resume esses momentos de destaque do sistema ONU antes de 2013.

**Figura 7: Linha do tempo do sistema ONU pré-Snowden (destaques)**



Fonte: elaboração própria.

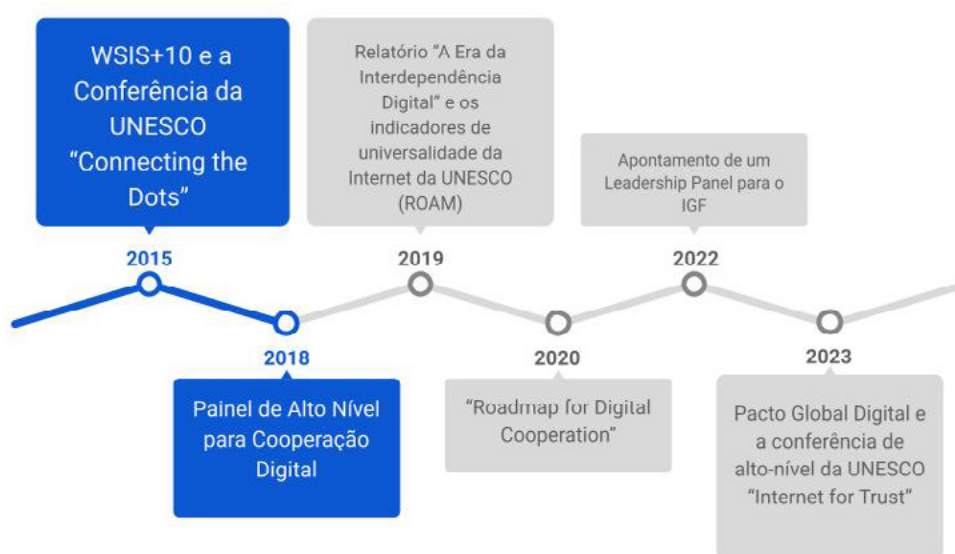
A Agenda de Túnis, derivada em 2005, da WSIS, estabeleceu que a autoridade política para questões de políticas públicas relacionadas à Internet é direito soberano dos Estados - ainda que reconheça os papéis de sociedade civil e setor privado nesse desenvolvimento. Assim, o embate entre o caráter multilateral e multissetorial tem sido constante na governança da Internet e em questões mais abrangentes relativas à transformação digital. O IGF, por exemplo, não se restringe a debater apenas "governança da Internet", mas sim qualquer tópico proposto que envolva a agenda digital e a sociedade, como Inteligência Artificial e impactos algorítmicos. A China defende, historicamente, o multilateralismo e coloca a ONU como principal espaço para essa governança. Já o Ocidente criou o IGF como espaço de interação, mas que não toma decisões vinculantes e nem conta com orçamento da própria ONU.

Como lembra Doria (2014), essa configuração da WSIS, através da Agenda de Túnis, foi imposta unilateralmente pelos Estados, sem consulta aos outros atores, criando então, uma contradição com o próprio caráter multissetorial que buscou desenvolver. E como vemos atualmente, essas definições não correspondem à prática. O setor privado ocupa várias funções que, originalmente, pertenciam ao Estado, além de possuir autoridade para remover postagens de qualquer usuário de uma rede social,

por exemplo, inclusive de chefes de Estado - algo que vem sendo fortemente debatido na pauta de regulação de plataformas. A sociedade civil se mostra um ator com altos níveis de participação, mas nem sempre suas considerações são levadas para as decisões, somando-se ao fato de que muitos usuários não possuem conhecimentos suficientes sobre o funcionamento da rede e das plataformas que utilizam (assim como alguns membros governamentais). Por fim, organizações intergovernamentais embora tentem exercer um papel de espaço facilitador das discussões (como o próprio IGF), ainda não estabelecem incentivos para participação efetiva de todos os atores.

Observa-se então, que a ONU intensifica suas iniciativas a partir da década de 2010, mais especificamente, após a conjuntura crítica de Snowden, quando ocorre a reunião de alto nível da WSIS+10 e a conferência multistakeholder de alto-nível da UNESCO “*Connecting the Dots*” em 2015; o Painel de Alto Nível para Cooperação Digital, do Secretário-Geral, em 2018; o Relatório A Era da Interdependência Digital e os Indicadores de Universalidade da Internet pela UNESCO (ROAM), em 2019; a proposta *Roadmap for Digital Cooperation* em 2020; o apontamento do *IGF Leadership Panel*, em 2022; o Pacto Global Digital e a conferência multistakeholder de alto-nível da UNESCO “*Internet for Trust*”, em 2023. Ou seja, há um aumento de participação da figura estatal e de órgãos intergovernamentais. A figura a seguir resume as iniciativas da ONU após 2013.

**Figura 8: Linha do tempo do sistema ONU pós-Snowden (destaques)**



Fonte: Elaboração própria.

Vale lembrar que o Brasil trouxe resultados importantes no sistema ONU após o caso Snowden, como a aprovação das Resoluções sobre Privacidade na Era Digital (69/166 e 68/167). Isso ampliou a discussão no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o que, naturalmente, levou a uma globalização dos temas relacionados à Internet (SANTORO; BORGES, 2017). Apesar de, na sequência, e com a conjuntura crítica do caso Cambridge Analytica, surgirem diversas legislações de proteção de dados nacionais e a GDPR na União Europeia, a ação brasileira iniciou uma tentativa de globalização de norma a respeito da privacidade online - o que agora, volta a ter atenção de nível global por iniciativas como o Pacto Global Digital da ONU e propostas de um livre fluxo de dados com confiança - *Data Free Flow with Trust*, encabeçado pelo Japão.

Ao mesmo tempo em que há uma expansão e pluralização de espaços institucionais tratando de temas da governança digital, a ONU busca catalisar a agenda do que ela denomina “cooperação digital”, agora, mais conectada à objetivos amplos de políticas públicas e de desenvolvimento sustentável. O Pacto Global Digital está sendo proposto pelo Secretariado da ONU como um “texto-chave para a cooperação digital” a ser acordado na Cúpula do Futuro, em setembro de 2024, como parte de uma ampla agenda cooperativa global de diferentes áreas. Isso fica bastante evidente no documento “*Our Common Agenda*”, onde há argumentação sobre processos de interdependência e valores comuns de confiança, respeito aos direitos humanos e entendimentos compartilhados - linguagem semelhante à utilizada pela China em discursos sintetizados anualmente na *World Internet Conference* (PIGATTO; DATYSGELD; SILVA, 2021).

Os destaques de agências da ONU ficam, principalmente, pelas iniciativas da UNESCO nas áreas de regulação de plataformas e Inteligência Artificial; a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) tem enfatizado a pauta da governança global de dados, unindo então esse tema ao comércio digital e a pautas de desenvolvimento; e o Escritório para Drogas e Crimes (UNODC) tem trabalhado com requisição de dados por governos e crimes cibernéticos. Em maior ou menor grau, essas agências têm buscado promover participação multissetorial, inclusive respondendo às críticas pela baixa possibilidade de consulta pública que, posteriormente, foi ampliada, como no caso das consultas para as diretrizes de regulação de plataformas promovidas pela UNESCO. Entre 2022 e 2023, a UNESCO ampliou pra-

zos e mecanismos de participação pública para receber contribuições ao documento que, segundo a própria agência, surgiu de uma demanda dos Estados-membros para tratar as questões de desinformação e confiança na Internet.

Em maio de 2023, o Secretário-Geral da ONU lançou um *policy brief* voltado à cooperação digital, onde propôs a criação do Fórum de Cooperação Digital, que visa avaliar e apoiar a implementação do Pacto Global Digital, estabelecido pela Cúpula do Futuro, em 2024. Ele funcionaria como um espaço para engajamento e acompanhamento tripartite, envolvendo Estados-Membros, setor privado e sociedade civil - ou seja, mantêm-se o ideal multissetorial da governança da Internet. Suas principais funções seriam discutir e revisar a implementação dos princípios e compromissos do Pacto, promover diálogo transparente e colaboração entre as partes interessadas, compartilhar conhecimento sobre as principais tendências digitais, aprender com experiências passadas, identificar soluções para desafios emergentes e lacunas de governança, destacar prioridades políticas e apoiar a tomada de decisões e ações conjuntas. O Fórum também atuaria como um *hub* para fóruns e iniciativas existentes, ajudando a identificar lacunas onde a ação multissetorial é necessária. Ele se basearia em relatórios anuais fornecidos pela Secretaria das Nações Unidas e envolveria um grupo consultivo tripartite para preparar sua agenda, além de contar com consultas regionais para abordar perspectivas e prioridades regionais. O Fórum seria então orientado para ação, fornecendo atualizações baseadas em dados sobre o progresso na implementação do Pacto e iniciativas resultantes, diferente do IGF, onde há priorização do debate.

Ainda que haja uma clara falta de coordenação dentre tantas iniciativas, nota-se os esforços estatais para que a ONU seja um espaço de voz legítimo sobre as diretrizes e ações da governança da Internet, especialmente em se tratando de *soft law*. Ou seja, ainda que temas como a regulação de plataformas possa ter uma preponderância nacional, tendo em vista contextos e culturas específicas de cada nação, os Estados-membros da UNESCO ainda assim, requerem uma iniciativa global de diretrizes para essa regulação, atendida pela agência com participação multissetorial.

Por outro lado, China e Rússia têm buscado iniciativas mais multilaterais para temas de Internet que podem, muitas vezes, se misturarem com discussões que já ocorrem em outros âmbitos. Um exemplo é uma atualização da Convenção so-

bre Crimes Cibernéticos no âmbito de um Comitê Ad Hoc<sup>6</sup> facilitado pela UNODC, onde há uma ampla gama de temas em discussão, incluindo a desinformação como potencial crime cibernético. Nesse Comitê, há espaço para participação e consulta multissetorial, ainda que seja limitado e a priorização é sempre dada aos Estados-membros. Um outro debate semelhante ocorre no âmbito do *Open-Ended Working Group*, onde a Rússia vetou o processo de credenciamento de 27 organizações não-governamentais, mantendo as discussões mais restritas ao caráter multilateral (DIPLO FOUNDATION, 2022).

Essa priorização da agenda digital dentre temas da “alta política” evidencia o fenômeno do *forum shifting*, mas não somente no âmbito da ONU. A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem debatido, dentro do escopo de comércio digital, várias questões relacionadas ao fluxo transnacional de dados e proteção dos dados pessoais - que muitas vezes conflita com leis nacionais já existentes (TASQUETTO, 2022). A OCDE também está ativa na agenda de Economia Digital, que abrange desde sistemas regulatórios de proteção de dados, até regulamentação de Inteligência Artificial. Embora não seja uma instituição governamental, a OCDE fornece um fórum para o diálogo e a cooperação entre os países membros a fim de desenvolver diretrizes e recomendações para lidar com questões relacionadas à economia digital. A organização atua como um laboratório de políticas, facilitando a troca de conhecimento, experiências e boas práticas entre os países membros - embora nem sempre leve em consideração os desafios e contextos relacionados ao desenvolvimento, já que seus países-membros não são, em sua maioria, países do Sul Global.

Como enfatiza Nye (2014), a descentralização da Internet tem seu correspondente no próprio sistema de governança, através de um complexo de regimes. Nesse sentido, o IGF se revela o espaço mais propício até aqui para catalisar parte dessas múltiplas iniciativas e processos que ocorrem simultaneamente. Os Fóruns Abertos devem ser destacados, pois podem ser propostos apenas por organizações governamentais ou não-governamentais de grande relevância na área. Destaca-se o aumento dos fóruns propostos, nos últimos anos, pelo órgão de administração do ciberespaço da China (CAC).

---

<sup>6</sup> *Ad Hoc Committee to Elaborate a Comprehensive International Convention on Countering the Use of Information and Communications Technologies for Criminal Purposes*: [https://www.unodc.org/unodc/en/cybercrime/ad\\_hoc\\_committee/home](https://www.unodc.org/unodc/en/cybercrime/ad_hoc_committee/home)

**Tabela 1: Destaques de Fóruns Abertos no IGF**

| Organizador  | Temas discutidos em Fóruns Abertos do IGF                                                                                                              |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CAC          | Desenvolvimento de uma cultura da Internet na China, diversidade linguística, e participação na UNESCO pela promoção da diversidade cultural.          |
| CAC e UIT    | Avanços na economia digital chinesa e expectativas em pautas como liderança chinesa no 5G e crescimento e internacionalização do setor privado chinês. |
| ICANN        | Transparência nas atividades da ICANN; privacidade.                                                                                                    |
| UIT e UNESCO | Conectividade e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.                                                                            |

Fonte: Elaboração própria.

O CAC traz em seus Fóruns Abertos questões como o desenvolvimento de uma cultura da Internet na China, diversidade linguística, e participação na UNESCO pela promoção da diversidade cultural. Também promove Fóruns em conjunto com a UIT, onde parabenizam a China pelos avanços na economia digital e colocam expectativas em pautas como liderança chinesa no 5G e crescimento e internacionalização do setor privado chinês. Em um Fórum Aberto de 2017, “China’s Internet Policy to Shape the Digital Future”, falam também da WIC, dizendo que é um espaço aberto a qualquer interessado. No Fórum Aberto de 2018, “Technological Innovation and Internet Governance Rules”, a China se coloca como uma “nova opção” aos países em desenvolvimento, e pede que mais países e organizações internacionais participem da sua Conferência Mundial da Internet.

Outros destaques na organização e realização dos Fóruns Abertos são a ICANN, que se mostra aberta a ser mais transparente com as suas atividades e traz tópicos como privacidade e o uso da plataforma *Whois*; a OCDE, onde representantes do comitê da sociedade civil e outros reportam algumas atividades, como os encontros ministeriais, e projetos como o “*Going Digital*”, onde há o fornecimento de ferramentas aos formadores de políticas. Para a OCDE, um dos principais objetivos é fechar o *gap* entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento de políticas. E há, ainda, constantes Fóruns Abertos da UIT, às vezes em co-organização com a UNESCO, para tratar de pautas como conectividade e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e também divulgação de relatórios (inclusive sobre capacitação para a governança da Internet). Outros órgãos da ONU como o Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos também realizam esses Fóruns Abertos, divulgando resultados de relatórios como o Relatório de Direito à Privacidade na Era Digital.

Nesse sentido, reforça-se a caracterização do IGF como um espaço síntese de outras iniciativas e instituições, retomando também a questão do escopo das mesmas. A crescente transversalidade da Internet nas sociedades vem causando uma ampliação dos escopos e/ou mandatos das instituições, pois se torna cada vez mais difícil definir até onde chega um determinado tema relacionado à Internet e políticas públicas, tamanha a inserção das tecnologias de informação e comunicação nos mais diferentes países.

Ainda que cada Estado traga seu contexto e cultura política própria, a natureza universal da Internet demanda uma governança, de fato, global, onde bases e objetivos comuns vêm sendo debatidos e organizados em fóruns e instituições de caráter também globais - o que destaca, nesse sentido, a atuação do sistema ONU. Como colocou o Secretário-Geral, Antonio Guterres, no *policy brief* do Pacto Global Digital, a ONU é apenas um dos atores nesse ecossistema, mas é a única entidade global capaz de convocar e facilitar a colaboração necessária (ONU, 2023).

## CONCLUSÕES

As conclusões da pesquisa até aqui indicam o caso Snowden como um ponto de virada para a governança da Internet, ao permitir uma conjuntura que quebra com o *path dependence* estadunidense. As aprovações de resoluções na ONU sobre privacidade na era digital, seguido de legislações nacionais sobre proteção de dados e de outros tópicos que enfrentam a dominância do setor privado estadunidense (como o *Digital Markets Act* europeu e inúmeras leis de regulação do setor na China) comprovam isso.

Ao analisar a governança da Internet no IGF, na UNESCO e em outras iniciativas pontuais da ONU, o trabalho aponta que houve uma mudança no caráter multissetorial, mas sem alcançar um multilateralismo absoluto, porque a ONU ainda mantém espaços de discussão multissetoriais e arranjos de corregulação em países democráticos. Como o termo “governança” trata de objetivos comuns, vê-se que a importância do multissetorialismo é prezada por Estados ocidentais relevantes, que compartilham valores de uma Internet universal, ainda que proponham medidas distintas em alguns níveis. Mesmo havendo uma fragmentação dessa governança, a Internet se mantém em seu nível técnico sendo única, mostrando o valor das trocas comerciais e informacionais em meio ao sistema internacional interdependente.

As expectativas futuras e novas agendas de pesquisa devem acompanhar o processo do Pacto Global Digital, assim como o futuro do IGF, já que muitas dificuldades permanecem na realização desse Fórum (falta de orçamento, participação desigual entre Norte e Sul Global, falta de resultados e compromissos concretos). Além disso, faz-se pertinente um olhar mais atento a uma agenda de desenvolvimento que agregue as discussões do IGF, do WSIS Forum, levando então, às ações que o Pacto Global Digital visa medir nos próximos anos, tanto em capacidades produtivas dos Estados relativas às tecnologias de hardware e software, quanto das capacidades regulatórias. E claro, resta verificar o quanto do multissetorialismo será efetivamente aplicado em todas essas ações, demandando também uma articulação mais eficaz e transparente entre Estados e atores não-estatais.

## REFERÊNCIAS

BARLOW, John. A Declaration of the Independence of Cyberspace. **EFF**, 1996. Disponível em: <<https://www.eff.org/cyberspace-independence>>. Acesso em: 24 mar 2018.

BUCHANAN, Allen.; KEOHANE, Robert. The Legitimacy of Global Governance Institutions. **Ethics & International Affairs**, v.20, n.4, p.405–437, 2006.

CANABARRO, Diego. Governança Global da Internet: Aspectos Conceituais, Questões da Agenda Contemporânea e Prospectos para o Estudo do Tema. IN: **Internet Governance in the Global South: History, Theory, and Contemporary Debates**, editado por Daniel Oppermann. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), São Paulo, 2019. p.74-108.

CONGRESS, United States. Senate Bill 314 - 104th Congress. Congress.gov. 1996. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/104th-congress/senate-bill/314/text>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

DIPLOFOUNDATION. **What's new with cybersecurity negotiations**: The OEWG 2021–2025 annual report adopted. 13 December 2022. Disponível em: <<https://www.diplomacy.edu/blog/whats-new-with-cybersecurity-negotiations-the-oewg-2021-2025-annual-report-adopted/>>. Acesso em: 11 maio 2023.

DORIA, Avri. Use [and Abuse] of Multistakeholderism in the Internet, In: RADU, R.; CHENOU, J.; WEBER, R. (Orgs.). **The Evolution of Global Internet Governance, Berlin, Heidelberg**: Springer Berlin Heidelberg, 2014, p.115–138.

DREZNER, Daniel. W. The Global Governance of the Internet: Bringing the State Back. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 3, 2004. p. 447–498.

EPSTEIN, Dmitry. & KATZENBACH, Christian. & MUSIANI, Francesca. Doing internet governance: practices, controversies, infrastructures, and institutions. **Internet Policy Review**, 5(3). 2016.

GOETTENAUER, Carlos. Regulação Responsiva e a Política de Segurança Cibernética do Sistema Financeiro Nacional, **Journal of Law and Regulation**, v.5, n.1, p.131–146, 2019.

HOFMANN, Jeanette. Multi-stakeholderism in Internet governance: putting a fiction into practice, **Journal of Cyber Policy**, v. 1, n. 1, p. 29–49, 2016.

KLEINWÄTCHER, Wolfgang. NETmundial: divisor de águas na regulamentação da Internet? **PoliTICS**, n. 18, agosto 2014. Disponível em: <[https://politics.org.br/sites/default/files/downloads/poliTICS\\_18.pdf](https://politics.org.br/sites/default/files/downloads/poliTICS_18.pdf)>. Acesso em: 2 jan 2019.

MARCUCCI, Sara *et al.* **Mapping and Comparing Data Governance Frameworks: A benchmarking exercise to inform global data governance deliberations**, Ithaca: Cornell University, 2023.

NYE, Joseph. The Regime Complex for Managing Global Cyber Activities. **Centre for International Governance Innovation and the Royal Institute for International Affairs**, Paper series nº1, May 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2yJ0lcl>>. Acesso em: 28 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Our Common Agenda: Policy Brief**. Genebra: Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-gobal-digi-compact-en.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

PIGATTO, Jaqueline.; DATYSGELD, Mark.; SILVA, Laura. Internet governance is what global stakeholders make of it: a tripolar approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, p. e011, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbpi/a/yQxVpnr5DtfRCbd3BqQSkrr/>>. Acesso em: 11 maio 2023.

PIGATTO, Jaqueline. **O papel das corporações transnacionais na governança global da Internet: Google e Facebook nas discussões sobre neutralidade da rede e política de dados (2013-2018)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – UNESP/UNICAMP/PUC-SP. 2020. 210p.

ROSENAU, James. **Strong demand, huge supply: governance in an emerging epoch**. In: BACHE, I.; FLINDERS, M. Multi-level Governance, [s.l.]: Oxford University Press, 2004.

ROSENAU, James.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. (Orgs.). **Governance without Government: Order and Change in World Politics**, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTANIELLO, Mauro. From Governance Denial to State Regulation: A Controversy-Based Typology of Internet Governance Models. IN: HAGGART, Blayne; TUSIKOV, Natasha; SCHOLTE, Jan Aart (Orgs.). **Power and authority in Internet governance: return of the state?**, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2021.

SANTORO, Maurício; BORGES, Bruno. Brazilian Foreign Policy Towards Internet Governance. **Rev. bras. polít. int.** 60 (1), 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/TCv9k9dPmfrS8TH5G67ctbn/?lang=en>>. Acesso em: 11 maio 2023.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Everyday Global Governance, **Daedalus**, v.132, n.1, p.83–90, 2003.

TASQUETTO, Lucas. **A agenda de comércio digital e o posicionamento do Brasil**. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2022.